



Fazendários em pauta

Como a Inteligência Artificial pode impactar na auditoria pública no Brasil?

A Inteligência Artificial (IA) está impactando todos os setores profissionais no mundo. A tecnologia aumenta a produtividade, agiliza o tempo de trabalho e potencializa os resultados. Na área privada, o ponto negativo da substituição dos homens por máquinas é o desemprego em massa. E na área pública, com a IA irá impactar? Fatiando para a área fiscal, como esse processo ocorrerá para os auditores do tesouro municipal?

O impacto da IA na área pública ainda não foi mensurado. Há instituições públicas como o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União, entre outras, que já investem na IA. Na área pública estadual, há investimentos das Secretarias da Fazenda em IA para o combate à sonegação e nos Tribunais de Justiça estaduais para acelerar o tempo dos processos. Na área fiscal ainda não há estatísticas.

O Auditor do Tesouro Municipal (ATM) do Recife, Roberval Rocha, que atua há mais de 27 anos na área, concedeu entrevista ao Jornal Fazendários em Pauta para falar sobre o tema. Rocha é autor de diversos livros de Direito Tributário, sendo reconhecido no universo jurídico nacional, e trabalha na Unidade Jurídica da Secretaria de Finanças do município.

Ao ser questionado sobre os impactos da inteligência artificial no mercado de trabalho, Roberval Rocha relata que muitas profissões serão “atropeladas” pela I.A. “Não há o que fazer. É a consequência da evolução (no caso, da revolução). Daqui para a frente, os trabalhadores dessas vagas que irão desaparecer terão que migrar de área e se adaptar a novos cenários. É impossível parar a engrenagem. Os trabalhos repetitivos, de baixa complexidade, já vêm sendo exterminados há alguns anos”.

Rocha lembra que as notícias na internet listam as profissões que serão extintas. “A auditoria é citada na maioria dessas listagens. Muitos pensavam que, por ser a fiscalização/recolhimento de tributos uma das profissões mais

antigas do mundo, ela estaria assegurada no futuro, simplesmente porque 'sempre foi assim'. Mas, agora, pode ter chegado o tempo de uma fiscalização sem seres humanos”, explica.

Ele relata que numa reportagem, alguém questionou o ChatGPT sobre “quais as profissões que ele iria exterminar”. A IA listou algumas e lá estava “contabilidade e finanças”. “É como se a gente estivesse conversando com o Terminator T-800, aquele robô indestrutível protagonizado por Arnold Schwarzenegger no filme O Exterminador do Futuro. Só que, agora, ele nos dá uma chance. Primeiro porque avisa sobre o que virá; segundo, porque dá dicas de como se salvar, o que inclui aprender novas habilidades, ser adaptável e não tentar competir diretamente com a IA”.

Roberval Rocha enfatiza que o profissional de administração tributária terá de aprender novos conhecimentos, complementares à IA. “Saber como essa carreira será reescrita, redefinida e readequada é especulação premonitória. É tudo muito assustador mesmo. Teremos que conviver com isso e exercitar o que a humanidade vem fazendo desde que surgiu: adaptação ao meio”.





Qual o papel do auditor municipal na contemporaneidade?

“O futuro será de menos auditoria presencial (humana) e de maior administração e controle (tecnologia). Serviços de conferência de dados, de análise de integridade e de fluxo de informações serão fatalmente automatizados”. Este é o resumo feito pelo auditor fiscal do Recife, Roberval Rocha, ao ser questionado sobre qual o papel do auditor municipal na contemporaneidade.

Autor de livros de Direito Tributário, Rocha acredita que além do impacto da Inteligência Artificial nas carreiras de auditoria pública, haverá muitas mudanças no setor por conta da Reforma Tributária, que está em tramitação no Congresso Nacional.

“A simplificação da estrutura tributária para aderir a um modelo mais parecido com o 'standard' internacional, que é o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), abre uma nova frente de possibilidades para os fiscos municipais. Eles serão definitivamente integrados a uma estrutura maior, de abrangência nacional, e características realmente federativas”, justifica Roberval Rocha.

O auditor antecipa que se a aproximação com “standards” internacionais acontecer mesmo, talvez o fortalecimento da tributação da propriedade consiga espaço nas discussões de médio prazo. “O que interessaria muito aos municípios e aos seus agentes tributários porque a tributação de patrimônio no Brasil (e o IPTU vai dentro dessa conta) é iníqua, injusta e só tem paralelo com países economicamente muito atrasados”.

Ele reforça que o financiamento de parte dos serviços públicos também “é fortemente entrelaçado às taxas locais e o aprimoramento desse tipo de tributação vem evoluindo muito, por conta de uma necessidade, de caráter perene, de subsidiar as atividades dos governos municipais”.



“Há muito espaço para que os fiscos municipais marquem presença na estrutura do Estado. Mesmo com o advento da IA, o auditor municipal terá lugar nesse contexto, mas a roupagem, atribuições, finalidades, estratégias de ação, tudo isso mudará muito rápido”. **Roberval Rocha**



Economias periféricas: mão-de-obra no Brasil não está qualificada

O auditor Roberval Rocha enfatiza que economias periféricas como a brasileira poderão sofrer impactos ainda mais significativos com a Inteligência Artificial (IA). Ele dá um recado importante: “Enquanto estivermos na fase da lamentação e do combate à IA (como alguns políticos e pensadores mais demagógicos vêm fazendo), a questão principal passa despercebida, que é o baixo nível educacional. Os impactos da inteligência Artificial trazem reacomodações econômicas e oportunidades, mas só teremos como nos aproveitar das oportunidades se a mão-de-obra estiver qualificada e ela não está”.





Binômio complexo: Sigilo fiscal x inteligência artificial

Dados sigilosos precisam ser bem cuidados por governos. Equipamentos de inteligência artificial não têm o cuidado (ético-profissional) que um servidor público de carreira de Estado tem. Como destrinchar um assunto tão controverso, em tempos de inovação e grandes mudanças no cenário profissional por conta da inteligência artificial?

Na opinião do auditor Roberval Rocha, a questão do sigilo fiscal já é um tema por si difícil. Ele explica que o sigilo fiscal no Brasil é muito mal regulamentado. “Há um artigo apenas, no Código Tributário Nacional, redigido há quase sessenta anos. Ou seja, temos uma norma muito antiga para um problema muito complexo e atual”.

No decorrer desses anos, segundo ele, as administrações passaram anos “tateando” sobre o que fazer com o sigilo fiscal, “sem serem muito acoçadas, registre-se”. “Nos últimos anos, duas leis vieram tumultuar a calma: a Lei de Acesso à Informação (que abre vários dados de interesse público) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (que fecha o acesso a vários desses dados por motivo de privacidade dos seus titulares). Agora, além dessas duas novidades, vem a Inteligência Artificial, o que traz enormes riscos no tratamento de dados sensíveis, estratégicos e sigilosos”.

Ele relata que os dados fiscais estão no “centro nervoso da privacidade econômica”.



“Eles abrangem informações patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas, cujos vazamentos ou má utilização podem acarretar consequências catastróficas”.

A Inteligência Artificial entrará em dois aspectos, reflete Rocha. O primeiro será utilizado pelos fiscos para aprimorar seus registros, integridade de dados e sigilo. O segundo será para quebrar esse sigilo e acessar esses mesmos dados.

“É apenas mais uma escalada numa briga antiga entre quem detém a informação, e tem que mantê-la em segredo; e quem quer acessá-la para fins não permitidos. O que causa espanto, entretanto, são esforços de organizações criminosas para acessar todos esses tipos de dados para subsidiar golpes e falcruas. Só para lembrar, o Brasil é campeão mundial em golpes bancários pela internet”.



Expediente

Fazendários em Pauta - **Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - Afrem Sindical**
Edição: junho/2023

Rua Professor Andrade Bezerra,
64, Parnamirim, CEP.: 52.060-270
Fones: 81 3441.6044 | 99756.0826
www.afremsindical.org.br
afremsindical@afremsindical.org.br
Diretoria Executiva Biênio: 2022/2023
Presidente: **Fábio Macêdo**
Secretário-geral: **João Victor**

Dir. de Assuntos Sindicais: **Filipe de Pinho**
Dir. Social: **José Anchieta**
Dir. Aposentados: **Antônio Gomes**
Dir. Administrativo-financeiro: **Luiz Ferreira**
Suplentes: **Ana Carolina e Hélio Max**
Jornalista responsável e Edição: **Andréa Pessoa**
e-mail: **andrea.pessoa14@gmail.com**
Projeto gráfico e diagramação: **Alexandre Oliveira**
e-mail: **alexandre@afrem.org.br**



Justiça acelera processos com inteligência artificial na execução fiscal

Uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) confirmou que o Poder Judiciário no Brasil vem crescendo exponencialmente o número de projetos de inteligência artificial (IA). O levantamento divulgado pela instituição identificou 111 projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento nos tribunais em 2022. Além disso, em comparação ao ano anterior houve um crescimento de 171%. Atualmente, 53 tribunais desenvolvem soluções com uso da Inteligência Artificial.

Nesta perspectiva, a reportagem do **Jornal Fazendários em Pauta** pesquisou os Tribunais de Justiça de PE, RJ e RS, que estão acelerando processos de execução fiscal com a inteligência artificial. A inovação já vem sendo executada com eficiência e trazendo resultados positivos, reduzindo a morosidade de tramitação dos processos e reduzindo custos.



Confira como a inteligência artificial atua nos tribunais em PE, RJ e RS

TJPE - Em Recife, ao lançar o programa, que foi batizado de “Elis”, o sistema do Tribunal de Justiça de PE (TJPE), avaliou 5.247 processos e conseguiu classificar com precisão a competência das ações, divergências cadastrais, erros no cadastro de dívida ativa e casos de prescrição. Em três dias, o sistema foi capaz de fazer a triagem destes processos.

O juiz José Faustino, que integra a Companhia de Inteligência Artificial (CIA) do TJPE, explicou que a adoção da 'Elis' para a análise desses processos permitirá uma resposta mais rápida e segura à população. “Os servidores que anteriormente realizavam estas tarefas poderão ser realocados e atuar em atividades que exijam maior complexidade e conhecimento, como a minuta de decisões e sentenças. Precisamos agir com muita eficiência, otimizando a utilização de recursos humanos e tecnológicos, para reduzir esse acervo e prestar um serviço público célere e eficaz”, explica.



TJRJ - A disrupção tecnológica no Tribunal de Justiça do RJ (TJRJ) também tem obtido resultados satisfatórios. A IA implantada na Vara da Fazenda Pública adotou um modelo que, em tempo recorde, concentrou todos os processos fiscais da Prefeitura do Rio de Janeiro, bloqueou bens de devedores em 6.619 mil execuções fiscais. Tal medida gerou uma eficiência arrecadatória de R\$ 32 milhões.

Só para citar um exemplo, no TJRJ o novo sistema de penhora eletrônica adotado fez, em apenas 3 dias, o que toda a equipe do cartório levaria dois anos e meio para concluir. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constataram que o tempo médio de tramitação de um processo fiscal é de sete anos e quatro meses. De acordo com a pesquisa, no modelo tradicional de cobrança, um servidor público levaria, pelo menos, 35 minutos por processo para bloquear de bens do devedor. Com o novo sistema de IA as operações são realizadas em 25 segundos. É um mecanismo 1.400% mais rápido, com 99,95% de precisão.



TJRS – Com o objetivo de buscar uma justiça mais eficiente e célere, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul também já utiliza a Inteligência Artificial (IA) para a execução fiscal e já está expandindo para alguns municípios, a exemplo de Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul, Tramandaí e Novo Hamburgo.

O volume de processos de cobranças de valores devidos às Varas da Fazenda Pública, denominados processos de execução fiscal, foi o motivo da criação do projeto de IA. Afinal, todo o Judiciário tem por objetivo a redução do tempo de análise do processo. O tribunal citou como exemplo positivo a 4ª Vara, localizada em Novo Hamburgo, que conseguiu reduzir o tempo de análise e despacho dos processos em 85%.



Afrem Sindical promove Festa de São João animada

O Arraial do Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical) foi animadíssimo. Mais de 100 pessoas prestigiaram a festa.

Estiveram presentes, o presidente do Afrem Sindical, Fábio Macêdo; o deputado Antônio Moraes; o secretário de Política Urbana e Licenciamento do Recife, Carlos Muniz; o secretário executivo de Operações e Gestão, João Batista; o secretário-geral do Sindifisco-PE, Wildes Jackson; e o diretor Administrativo-financeiro, Luiz Ferreira.

A festa contou com o show de Raminho do Acordeon.

1



2



3



4



5



6



7



8



9



10



11



12



13



14



15

